

O CARNAVAL NA “CIDADE DO TRABALHO”: UM OLHAR SOBRE DIREITOS CULTURAIS EM JOINVILLE/SC (1988-1993)

CARNIVAL IN THE “CITY OF THE WORK”: A LOOK AT CULTURAL RIGHTS IN JOINVILLE/SC (1988-1993)

Joceli Fabrício Coutinho²

Luana de Carvalho Silva Gusso³

Ilanil Coelho⁴

RESUMO: O presente artigo busca problematizar o Carnaval na cidade de Joinville – SC como uma manifestação cultural (e passível de patrimonialização) abrigada pela Constituição Federal em seu artigo 215 e 216, em especial durante os anos de 1988 a 1993. Neste intento, foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas, além de entrevistas com diferentes atores que participaram ativamente dos eventos tratados pelo artigo. Assim, foi possível desvelar os diferentes discursos que construíram e desconstruíram a história, as práticas, as manifestações, e a cultura carnavalesca em Joinville por meio do silenciamento de seus personagens, da sua musicalidade, da sua relação com os poderes locais, das suas transgressões, e da sua própria tradição na cidade de tal forma que o discurso da “cidade do trabalho” se impôs sobre sua história carnavalesca. Nesse sentido, conclui-se que resgatar a tradição e a historicidade do carnaval é garantir o acesso aos direitos culturais, em especial de grupos que se identificam com o Carnaval como uma importante manifestação cultural para os contornos de uma cidade plural.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Culturais; Patrimônio Cultural; Carnaval; Joinville

ABSTRACT: The present article aims to problematize the Carnival in the city of Joinville - SC as a cultural manifestation (and liable to patrimonialization) sheltered by the Federal Constitution in its articles 215 and 216, especially during the years from 1988 to 1993. In this intent, research documentary and bibliographic were done, in addition to interviews with different people who actively participated in the events mentioned in the article. Thus, it was possible to unveil the different speeches that built and deconstructed the history, practices, manifestations, and the carnival culture in Joinville through the silencing of its characters, its musicality, its relationship with local powers, its transgressions, and of its own tradition in the city in such a way that the discourse of the “city of work” was imposed above its carnival history. In this sense, it is concluded that rescuing the tradition and historicity of the carnival

² Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) – bigpipo.ingles@gmail.com

³ Docente do Curso de Direito e do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade Estadual da Região de Joinville (UNIVILLE) – lu.anacarvalho@yahoo.com.br

⁴ Docente do Curso de História e do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade Estadual da Região de Joinville (UNIVILLE) – ilanicoelho@gmail.com

is to guarantee access to cultural rights, especially for groups that identify with carnival as an important cultural manifestation for the contours of a plural city.

KEY WORDS: Cultural Rights; Cultural heritage; Carnival; Joinville

INTRODUÇÃO

O Carnaval carrega elementos simbólicos arraigados no imaginário brasileiro. Nos dias festivos, trabalhadores abandonam as roupas do cotidiano, os aspectos pesados da vida de labuta e as rígidas estruturas baseadas nos relógios das fábricas, passando de coadjuvantes para estrelas principais do teatro da vida. Estes movimentos, conforme observa Roberto Da Matta, tornam “[...] possível o uso de fantasias e máscaras na abertura constante de novos espaços impossíveis no mundo diário” (DA MATTA, 1981, p. 33-34). As máscaras do Carnaval, assim, revelam-se como objetos portadores de poderes transformadores, e, para além de sua correspondência material, podem ser apropriadas como uma representação da pluralidade das sociedades humanas.

Joinville é a maior e mais populosa cidade de Santa Catarina. Dentro de seus limites construíram-se mitos que consolidam o município como uma espécie de *Manchester* catarinense, posicionando na esfera do trabalho toda a razão de sua existência. A sobrevalorizada tradição germânica, ainda que herdada de alguns dos primeiros colonizadores, transformou-se no pendão de boa parte das manifestações culturais locais, e falar de Carnaval, ou ainda mais, de Carnaval em Joinville, para os próprios joinvilenses, gera reações de surpresa, acompanhadas de afirmativas que variam pouco: “mas Joinville tem Carnaval?”.

Este artigo pretende, mais do que responder esta pergunta, apontar para alguns dos desdobramentos históricos mais recentes desta festa que já dava as caras no século XIX, muito antes de a colônia Dona Francisca transformar-se em uma cidade industrializada e desenvolvida economicamente. Através das fontes primárias consultadas, que foram discutidas à luz das entrevistas realizadas com os principais nomes do festejo no município, o objetivo deste trabalho é revelar algumas das trilhas percorridas pela comunidade carnavalesca de Joinville, na busca por sua legitimação, e na luta pelo reconhecimento de um direito que alcançou ambos, o auge e o esmaecimento, no recorte aqui selecionado.

Considera-se aqui parte das manifestações do Carnaval como patrimônio cultural, de natureza imaterial⁵, por se tratar de um conjunto de práticas transmitidas de geração a geração, cujos saberes, modos de criar, celebrar, são recriados reiteradamente pelos foliões, filhos, e parentescos

⁵ Cf. IPHAN. Patrimônio Imaterial. Patrimônio Cultural. S. d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em 29 set. 2019.

destes, cujo intuito é conceber esse sentimento de pertencimento e de ininterruptão, apropriando-se da sua identidade, e assim manifestar a expressão da diversidade cultural e a criatividade humana, explícitas também no artigo 216 da CF de 1988.

UMA BREVE OBSERVAÇÃO SOBRE DIREITOS CULTURAIS

Todos os seres humanos têm como direito a participação livre na vida cultural da comunidade, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (DUDH). O Carnaval, em formato de desfile, representa parte da cultura de uma comunidade cuja “[...] forma de representar a nacionalidade transformou-se, valorizando cada vez mais as diferenças culturais, numa sociedade que se concebe cada vez mais nitidamente como plural” (CAVALCANTI, 2015, p. 28).

Quando se observa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), a ampla carta do novo sistema democrático pós-regime autoritário, cujo discurso relativo às questões culturais segue os princípios daqueles apresentados na DUDH, podemos observar uma preocupação redobrada com questões concernentes ao setor cultural. Assim sendo, reproduzimos o artigo 215 da CF/88, diretamente voltado aos direitos culturais ligados ao contexto nacional: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Para Cunha Filho (2018), este documento fez-se um marco para a cultura nacional, visto que é a primeira vez que o termo “direitos culturais” surge em um artigo constitucional. A elaboração da Carta Magna de 1988 contou com mais de 500 parlamentares, que apesar das suas divergências políticas, visaram na referida escrita ressignificar a integridade dos direitos e liberdades essenciais do cidadão brasileiro, após um período de ditadura militar. Nossa Constituição, então, passou a dialogar mais diretamente com a DUDH. Entendemos que o artigo 215 veio como uma extensão para assegurar a garantia indispensável à dignidade humana e ao livre progresso da personalidade.

O Brasil teria, a partir de então, inserido na Constituição, um parágrafo especial apontado para a cultura, cujo “[...] patrimônio é percebido como algo positivo e relevante na nossa vida, um bem precioso que devemos preservar a todo o custo” (CABRAL, 2011, p. 25). A proteção legal é fundamental, tendo em vista que é “[...] natural que qualquer cidadão que se preocupe com a questão cultural, defronte-se de imediato com a consciência dos obstáculos que terá de enfrentar” (MAMBERTI, 2003, p.15).

Compreende-se, neste recorte temporal, que o termo “políticas públicas culturais”⁶, voltado ao Carnaval, não era mencionado entre os foliões, muito menos citado nos periódicos, principalmente em Joinville. Portanto, os desfiles de rua eram sempre apadrinhados pela municipalidade local, a qual assegurava tanto a organização quanto o policiamento, podendo ou não, do mesmo modo, oferecer subsídios para a execução do evento.

O CARNAVAL DE 1988 EM JOINVILLE

O Carnaval brasileiro de 1988 antecedeu em alguns meses a promulgação da Constituição Brasileira. Apesar disso, o prefeito Wittich Freitag⁷ assegurou seu compromisso com a realização da festa neste ano. Vários assuntos haviam sido pleiteados para a realização do evento carnavalesco, assim como se decidiu quais seriam os grupos oficiais que fariam parte do desfile, sendo estes a Príncipes do Samba e Unidos do Boa Vista, além dos dois blocos mais conhecidos da cidade: As Depravadas e o Prisma Samba. Ficou também definido o concurso da escolha da corte, rainha e rei Momo no dia 3 do mês de fevereiro do desfile no clube Alvorada⁸ (CARNAVAL, 1988, p. 1).

Numa ação inovadora ficou acordado que, no dia 03 de fevereiro (quarta-feira), as duas baterias das escolas de samba, ficariam incumbidas de fazer o ensaio geral em plena praça pública às 21:00 h, com o intuito de alertar os cidadãos joinvilenses para o folguedo, na esperança de agrupar o máximo de cidadãos num pré-Carnaval de rua. O secretário de turismo, responsável pela articulação entre a Prefeitura e as agremiações, salientou na matéria do dia 15 do jornal AN (APENAS, 1988): “Será uma boa forma de atrair a atenção das pessoas para o Carnaval de rua de Joinville”.

O AN de 13 de janeiro de 1988 (NÃO HÁ RECURSOS, 1988, p. 1) anunciou os primeiros indícios dos desfiles de Joinville, indicando a liberação de 1 milhão de cruzados para as agremiações realizarem o festejo público, sendo este montante a metade do que foi solicitado pelos presidentes de escolas e blocos. Por este motivo, não seria possível a decoração das ruas, privilegiando apenas o incentivo aos grupos carnavalescos. Ressalta-se que nesta década, em especial o ano de 1988, a alta inflação nebulava todos os setores do país. Como escrevem Ometto et al. (1995, p. 405):

⁶ Percebe-se, em entrevistas com os diretores e foliões das agremiações que participaram do Carnaval de 1988, o desconhecimento do termo políticas públicas culturais, ou seja. “[...] instrumentos e meios para atingir os objetivos de realização de direitos culturais, produção simbólica, disseminação de valores, reconhecimento de modos de saber, fazer e viver” (SILVA, MIDDLEJ, 2011, p.15).

⁷ Prefeito eleito pelo partido PMDB em 1983, comandou a Prefeitura até dezembro de 1988.

⁸ Tradicional clube privado da cidade, fundado no dia 15 de julho de 1960.

[...] a crise do endividamento externo manifestada na economia brasileira na década de oitenta reflete-se em desequilíbrios internos que impactam desfavoravelmente na situação econômica da população principalmente através da queda dos níveis de emprego [...] observada nos anos iniciais da década, e da aceleração da inflação verificada mais nitidamente nos seus anos finais.

Por esta razão, acrescentava no mesmo periódico do dia 13, o sr. Wilson Leal Moura, responsável pela pasta de turismo de Joinville, as dificuldades da liberação do montante exigido pelas agremiações via Liga das Escolas de Samba de Joinville (LECAJ). Fato este que, dias depois, como comprovado no jornal AN de 31 de janeiro (SEM DINHEIRO, 1988, p. 16) acarretou na desistência da agremiação Fúria Tricolor, campeã do Carnaval de 1981, representante do time de futebol de Joinville, o Joinville Esporte Clube (JEC). Mesmo alegando terem feito promoções prévias para a arrecadação de fundos com rodas de samba, o grupo não atingiria a quantia necessária para a construção da sua apresentação.

Além disso, iniciativas a parte foram tomadas, e, não só através de promoções, empenharam-se na busca de patrocínios privados. Constatamos na declaração de Nestor Padilha, presidente da Sociedade Kênia Club em 1988, em relação a efetivação do espetáculo, descrito na íntegra, seguido do discurso direto do jornalista:

“[...] os carnavalescos é que precisam se conscientizar de que a verba para a preparação do Carnaval não vai cair do céu, que cada um tem que fazer por si e pela sua entidade”. Ele acha indispensável e decisiva a verba destinada pela prefeitura para esta finalidade, mas acredita que ficar esperando só por isso não vai levar nunca a cidade a promoção de um bom Carnaval, de um “Carnaval à altura dos seus valores neste setor” (CARROS, 1988, p. 2).

Fica evidente na argumentação do senhor Padilha a sua indignação quanto ao comportamento das diretorias das escolas de samba de Joinville, que sentindo-se tuteladas pela Prefeitura, ficavam na espera da quantia necessária para a realização dos desfiles, caso não houvesse suporte integral do financiamento público, suas comunidades ficariam sob o risco de não exteriorizarem os espetáculos.

Compreende-se que pelo menos, no ano de 1988, as ferramentas básicas para o cumprimento dos direitos culturais no que se refere a execução dos desfiles carnavalescos por parte dos gestores, tenham sido efetivados, tendo a incumbência das agremiações executarem-na. Acrescenta-se ainda que é “Imprescindível lembrar que os direitos culturais vêm inexoravelmente acompanhados dos respectivos deveres culturais, de responsabilidade não apenas do Estado, mas de múltiplos atores sociais” (CARVALHO, 2018, p.53).

O ESPETÁCULO DE 1988

A cidade de Joinville procurava seguir os modelos carnavalescos sustentados em todo o Brasil. Suas agremiações aspiravam festejar o Carnaval de 1988, apesar de mais uma vez a rua do Príncipe, palco dos desfiles oficiais no mês de fevereiro, estar sem adornos. Como visto, as alegadas dificuldades públicas de destinar verbas para a festa resultaram na desassistência na execução da decoração pública. O Diário Catarinense (FALTA, 1988, p. 8) estampava em negrito a seguinte epígrafe: “Falta de decoração nas ruas desanima as escolas de samba”.

“Alegria invade a rua do Príncipe” (1988, p. 6). Essa foi a chamada de sexta feira dia 12 de fevereiro do DC, um dia antes dos desfiles carnavalescos. A rainha do Carnaval joinvilense, Rosemeire Mateus, eleita no dia 5 de fevereiro, representante do bloco As Depravadas, sobre o qual trataremos a seguir, juntamente com o rei Momo Gilmar dos Santos, foram os primeiros a desfilar pela avenida no dia 13 (sábado), abrindo oficialmente a folia na cidade. Em desfiles como esse, segundo Queiroz (1994, p. 27-28) é nítida “a loucura coletiva, de um delírio tomando conta de todos os cidadãos”.

No dia 15 de fevereiro o jornal anunciava: “Empolgação diz que renasceu o espetáculo” (1988, p. 13), se referindo às escolas e aos blocos. O jornal ainda destacou que o público vibrou com as trapalhadas e brincadeiras durante sua passagem. O bloco Prisma Samba cantou seu enredo “Da Semente ao Fruto”, sugerindo sua conversão, no futuro, em escola de samba. Jurados a postos no palanque, planilhas nas mãos, esperavam ansiosos a primeira escola de samba a desfilar, a Unidos do Boa Vista, cujo soar da bateria se ouvia ao longo da avenida. Vale lembrar que todos os jurados eram joinvilenses, destacando-se a Miss Joinville e a Rainha da tradicional Festa das Flores⁹.

A escola de samba Unidos do Boa Vista, agradou os presentes, percebido pelos aplausos e assovios ao contemplar seu desfile no transcurso de quase 1 hora com o enredo “Axé do Povo”, fazendo alusão aos fatos sociais da atualidade e as dificuldades confrontadas pelo país e os marajás. A escola aproveitou para fazer um protesto pacífico, um dos símbolos de todas as agremiações do país, sendo este momento marcado pela exteriorização coletiva e popular, quando a licenciosidade corta a vida cotidiana pela inversão hierárquica e seus valores (CRUZ; RODRIGUES, 2010).

A escola Príncipes do Samba, com seus 700 integrantes, fecharia o primeiro dia do desfile carnavalesco de 1988. Ressalta-se que, por não terem

⁹ A tradição teve início em 1936. Atualmente é reconhecida como Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado de Santa Catarina (lei 14.697, de 21 de maio de 2009), assim como é a festa oficial do município de Joinville (lei municipal 6.728, de 17 de julho de 2010). Disponível em: <Disponível em: <https://www.festadasflores.com.br>> acesso em 18 de ago, 2019

ocorrido comemorações de rua na cidade de São Francisco do Sul, muitos dos cidadãos francisquenses migraram para Joinville para prestigiar o evento, assim como também compor alas e destaques da tradicional agremiação do salão do Kênia Club. Lucia Nara Ferreira, rainha da escola, passista e destaque no desfile de 1988, relatou com saudosismo sobre esta edição:

Nossa! o pessoal ficava nas janelas, nas galerias em cima da Pernambucanas¹⁰, porque nós desfilávamos até lá embaixo fazer a curvinha. Era muito cheio, era bastante gente. O pessoal invadia, porque não tinha espaço em todas as arquibancadas. Tinha o palanque de um lado, a arquibancada de outro. Mas a arquibancada não descia a avenida toda e o pessoal brigava pra poder assistir [...]. (FERREIRA, Lucia Nara. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 26 out. 2019).

“O Meu reino é sedutor, sou filho do rei e meu reino é só de amor”. Este foi o estribilho mais entoado em toda a avenida na passagem da agremiação Príncipes do Samba, cujo enredo intitulado “O Amor tem Dessas Coisas”, rememorou as paixões de Romeu e Julieta, Ceci e Peri¹¹ e o sofrimento do negro cativo. Após os desfiles, os jornais elogiaram o samba-enredo da escola fazendo a multidão de quase 20.000 pessoas vibrar e dançar durante o ensejo. Cavalcanti (2015, p. 71) ressalta a importância deste elemento, que é “a forma musical de expressão do enredo”.

Dividida em 12 alas, a escola surpreendeu desde a comissão de frente, seguida pelo carro Abre-Alas, cujo destaque foi uma mulher negra com os seios nus. Destaque este tão inovador na convencional Joinville, que ganhou notoriedade no periódico no início deste subtítulo. O DC elogiava a escola, enunciando que este foi um toque de pioneirismo na cidade, onde geralmente as fantasias são mais comportadas. O mesmo jornal, três dias depois, reforçou a ousadia e a polêmica da escola, afirmando que com ela o “top-less” chegara em Joinville.

Entretanto, em entrevista com dona Sônia Cruz, integrante da Unidos do Boa Vista, e organizadora de ala em 1988, esta ressalta uma discrepância da nota jornalística acima:

Naquela época, as escolas eram criticadas [...] Mas por trás disso tudo tinha um motivo: é que o dinheiro era tão pouco, que a gente colocava as mulheres todas de biquinis. Só mudava as cabeças¹². Usava tecido bom, paetê, jogava adereços de mãos e de cabeças e o resto tudo de biquini e as outras escolas

¹⁰ Loja tradicional em Joinville, situada, na época, na região central.

¹¹ Personagens da obra “O Guarani”, de José de Alencar. O texto conta o romance entre a nobre Ceci e o índio Peri.

¹² Os adereços de cabeças (partes das fantasias dos foliões) também são chamados informalmente apenas de “cabeças”.

copiaram. (CRUZ, Sônia Regina. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 27 out. 2019)

Fica explícito na fala da dona Sônia, que pela supressão de numerários na construção de fantasias, a diretoria da escola arquitetou estratégias na composição de vestimentas, sendo a mulher o alvo desta tática. Apesar de ser comum mulheres com os peitos à mostra nos desfiles cariocas¹³, Joinville jamais presenciara tal ousadia ao vivo. Observa-se que a mulher, para Da Matta (1981), é a figura elevada do Carnaval, que sustenta esteticamente o folguedo. Para o autor, não se trata de classificá-la como objeto, mas sim como símbolo do poder máximo do vigor, envolto em seus encantos. Destaca-se o conservadorismo do público joinvilense, que escandalizava-se com as passistas de top-less.

Os jornais DC (PRÍNCIPES, 1988, p. 7) e Jornal de Santa Catarina (PRÍNCIPES, 1988, p. 10) do dia 18 anunciaram a nona vitória da Príncipes do Samba, afamando a festa da cidade. Após ser ovacionada, triunfou com melhor enredo, mestre-sala e porta-bandeira, e melhor cidadã do samba. Os foliões das duas agremiações e blocos festejaram sem rivalidades o após a apuração dos resultados, cuja atmosfera de euforia fez do samba vencedor maior. Atmosfera na qual, segundo Queiroz (1994, p.43), “[...] todos se sentem fraternos e iguais”. Assim detalhou o Jornal de Santa Catarina, fazendo alusão ao resultado final da campeã: “A energia das escolas tomou conta da rua do Príncipe, palco e passarela dos desfiles das duas noites e estendeu-se até a manhã de ontem no calçadão da Praça Nereu Ramos” (PRÍNCIPES, 1988, p.10)

UM OLHAR SOBRE O ANO DE 1989: O SAMBA SEM O TEATRO ENCENADO EM JOINVILLE

O DC do dia 21 de dezembro anunciava em primeira mão a manchete: “Escolas não desfilarão em 89” (1988, p. 7), silenciando as comemorações na cidade. Tal decisão trouxe inquietude e desalento aos fiéis foliões, cujo festejo tem significado muito maior. É digno de nota que o prefeito Wittich Freitag estaria entregando a cadeira de gestor municipal ao senhor Luiz Gomes¹⁴. Percebe-se, pelas poucas matérias de jornais, comparadas com o ano anterior, alusivas ao Carnaval, o descomprometimento do Prefeito Freitag na

¹³ Queiroz (1999) afirma que houve a proibição do “top less” no Carnaval do Rio de Janeiro nos finais dos anos 70 e inícios dos anos 80. Defendida, porém, pela imprensa carioca, a liberdade feminina se impunha, abrindo uma nova era no Carnaval, cada qual se fantasiando do jeito que quisesse.

¹⁴ Candidato pelo PDS foi eleito em Joinville assumindo a prefeitura em 01 de janeiro de 1989.

organização e liberação de verbas para os festejos de 1989, delegando toda a responsabilidade para o novo administrador municipal, que teria pouco mais de um mês para organizar a festa de rua.

O senhor João Nestor Padilha, presidente da Liga das Escolas Carnavalescas de Joinville (LECAJ) no período aqui analisado, em reunião na sede do Kênia Clube com as demais agremiações, designou que seriam necessários Cz\$ 22 milhões para a execução de todos os desfiles do subseqüente ano; 21 milhões a mais que o espetáculo de 1988, alegando a alta inflação, de acordo com o jornal supracitado. A importância do dinheiro no âmbito cultural é reiterada por Cavalcanti (1999, p.76), “[...] o dinheiro participa de sistemas culturais e cultura é diferença, movimento e, de certo modo contágio [...]”.

Já no início de 1989, o DC reiterou o intervalo do festejo na cidade após a primeira reunião entre presidentes das agremiações e a nova gestão da cidade com a seguinte sentença: “Joinville adia o Carnaval” (1989, p. 11), enfatizando que mesmo com a aspiração do novo prefeito e do secretário do turismo, seria impossível montar um espetáculo carnavalesco em 20 dias¹⁵. Um desfile, como nos lembra Cavalcanti (2015), não pode ser limitado aos poucos dias de sua execução. O Carnaval demanda tempo de preparo, estudo e criação. Todas as possíveis diligências, porém, não tiveram sucesso, devido à falta de planejamento efetivo, o que causou frustrações aos fanfarrões, silenciados em 1989.

Pondera-se o desabafo do já mencionado senhor Mário Fofoca, que ao ser questionado em relação à Liga de Carnaval, não somente no ano de 1989, mas no âmbito de gestão geral, foi contundente em expor sua opinião:

O Carnaval é uma festa popular, o Carnaval é uma festa do povo. A Liga teria que fazer o que? Teria que entrar em contato com as grandes empresas que tem em Joinville, que têm várias. Grandes lojas, comércios, tudo isso é uma cadeia que puxa. [...] Agora, o poder público bancar o Carnaval?! Não. Eu acho que tá errado. As próprias escolas de samba têm que ter uma maneira de gerirem o que eles precisam. Eu acho que eles têm que fazer eventos e a Liga, a Liga que se diz das escolas de samba tem que dar um suporte muito grande [...] Por que existe a Liga? Pra dizer que tem? (FERREIRA, Mário Sérgio. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 28 out. 2019)

Fica evidente a divergência de um dos âncoras da organização festiva carnavalesca em relação aos demais diretores da Liga, principalmente no ano de 1989. Para ele, portanto, o Carnaval não deveria ser totalmente financiado pelo poder público, e a Liga deveria ter uma atuação muito mais ativa na composição do festejo. Em contrapartida, é possível encontrar idealizações da

¹⁵ De acordo com o calendário nacional, o Carnaval de 1989 datou entre 03 e 07 de fevereiro.

Liga em diversos momentos, a exemplo da proposta de comissão de Carnaval atrelada a todos os segmentos interessados na promoção do turismo durante os dias de festa, abrangendo hotéis, restaurantes, agências de viagens, clubes e serviços gerais a fim de realizarem promoções com o propósito de angariarem numerários suficientes para o Carnaval de rua, tornando-o independente (cf. ESCOLAS, 1988, p. 7). Proposição esta infrutuosa, ficando apenas no discurso.

Joinville experienciou no ano de 1989, os festejos restritos aos salões. Nota-se que, de acordo com Da Matta (1979), este tipo de evento categoriza os foliões dos bailes de clubes conforme a sua condição econômica. Nesta perspectiva, os clubes com bailes de Carnaval, como o Kênia Club, festejaram as comemorações, enquanto a Liga de Sociedade¹⁶ aprazia o festejo com sua banda, a qual se preparava para conduzir os foliões até às cinco horas da manhã em direção ao calçadão da rua do Príncipe, para finalizar as festividades. O senhor Butiaco declarou ao DC do dia 09 de fevereiro (FOLIÕES, 1989, p. 9): “Todos estão sem dinheiro, de qualquer forma deu para dar uma parada e se divertir muito”. Sem desfiles na cidade, a Unidos do Boa Vista se apresentou em municípios próximos, como Canoinhas, São Bento do Sul, São Francisco do Sul e Corupá¹⁷. Exibições estas que procuravam compensar a ausência do folguedo em Joinville.

1990: A VOLTA DO REINADO DE MOMO

O histórico recente criou na comunidade do samba um medo de que o Carnaval não tivesse forças para voltar ao seu máximo esplendor. Em novembro o DC anunciou a seguinte chamada: “Carnaval 90 está ameaçado” (1989, p. 7). A ausência de diálogo entre as secretarias municipais instalava novos obstáculos para os foliões. Gregório da Silva, responsável pela pasta do Turismo, afirmava que o prefeito Luíz Gomes estaria favorável à liberação de verbas, e que tais trâmites estariam sob a incumbência do secretário da Educação, Moacir Tomazi, vinculado à Fundação Cultural. Este, porém, desconhecia tal anúncio, mas afirmou que haveria a flexibilidade da liberação de dinheiro. No entanto, tal medida dependeria exclusivamente do gestor municipal, de acordo com o periódico acima mencionado.

Em dezembro de 1989, no entanto, o temor da manutenção do silêncio foi substituído por uma confiança expressa pela nota d’O Estado: “Lula¹⁸ quer o melhor Carnaval de rua” (1989, p. 23). Neste ano, a liberação de verbas chegou a 3 milhões de cruzados novos, que seriam divididos também com a

¹⁶ Os dias de folia foram marcantes mesmo em salões. A Liga bancou boa parte destas festas, e tornou o Carnaval de clube uma tradição ao longo do século XX. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/an_especiais_patrimonio/liga/patrimonio.html> acesso em: 16 ago, 2019.

¹⁷ Cidade a 70 quilômetros de Joinville.

¹⁸ Apelido do prefeito de Joinville, Luíz Gomes.

Fúria Tricolor, que retornava à ativa. Percebe-se que, mais uma vez, o olhar da comunidade carnavalesca estava voltado à assistência pública, e que mesmo com o esforço das escolas de samba, estas não obtiveram sucesso em sensibilizar o comércio e as indústrias da cidade, para as subvenções dos festejos em complementação às verbas subsidiadas pela Prefeitura.

Da Matta (1979), afirma que um motor significativo na implantação do grande Carnaval no Rio de Janeiro foram os comerciantes que vislumbraram no festejo a mola propulsora dos negócios. Em Joinville, percebemos que os comerciantes aos poucos foram perdendo este impulso visionário, não vendo o Carnaval como festa relevante nos negócios. Suspeita-se que esta mesma ótica tenha atingido inclusive a visão dos administradores das grandes empresas da cidade.

Tecidos cintilantes, lantejoulas, isopor, madeira, cola quente, agulhas, máquinas de costura, serralheria e marcenaria, submetidos ao modo de fazer, criar e inventar, as escolas de samba, correram contra o tempo com seus foliões, sob as orientações dos carnavalescos, para materializar os enredos em fantasias e alegorias, que seriam apresentadas nos desfiles de 1990. Cavalcanti (2015) descreve este trabalho como a materialização de um sonho, que se torna palpável na ação coletiva.

O Jornal de Santa Catarina de 11 de dezembro (BARRACÃO, 1989, p. 1) primeira página, anunciou que a partir do dia 18 de dezembro, o público poderia todos os dias à noite curtir o samba ao vivo, algo inédito, congregando foliões e espectadores no pré-Carnaval no “Barracão do Samba”, montado na praça Nereu Ramos. Porém, a inovação maior foi anunciada no AN, em janeiro: “Folia volta à rua do Príncipe: Povo brincará no terminal urbano” (1990, p. 5).

“Escolas de Samba e salões prontos” (1990, p. 1). Esta foi a última chamada para os joinvilenses, anunciada no AN do dia 24 de janeiro. A corte carnavalesca desfilou primeiramente, abrindo os desfiles com saudação ao público no sábado de Carnaval, que lotou os dois lados da rua do Príncipe, apelidado de sambódromo joinvilense. A plateia assistiu o popular bloco As Depravadas, que comemorou 10 anos de folia com o enredo “Na Terra da Tieta do Agreste, a Cabrita do Sertão”. O bloco Prisma Samba mostrou seu Carnaval sob o tema “Esquecendo a Tristeza”, composto por Maria Gorete Manoel¹⁹, interpretado por seu marido, Valmir Manoel, envolto nas nuances das cores verde, amarelo e branco.

Sob uma forte chuva, o público aplaudiu a volta da escola de samba “Fúria Tricolor”, favorita no Carnaval de 1990. Com o tema “Sonhos e Fantasias”, integrantes de alas e destaques desfilaram ao som da bateria composta também por crianças, que encharcados homenagearam Carmem Miranda.

¹⁹ Percebe-se a forte participação das mulheres, não somente no trabalho de confecções de fantasias, mas também como compositoras, intérpretes, diretoras de alas, organizadoras e destaques em todas as escolas e blocos.

A escola Unidos do Boa Vista, com seiscentos componentes, trouxe o enredo: “O Negro na Sociedade”. É relevante comentar que além do presidente Wilson Cruz e o mestre da bateria Edson Cruz, mais 40 componentes da mesma família faziam parte da composição da escola. “O samba está no sangue dos Cruz” (JOINVILENSE, 1990, p. 20), afirmou o AN do dia 23 de fevereiro. Vale dar notoriedade também ao fato de que a intérprete da escola de samba, Maria Zilda Teixeira Cruz²⁰, foi a primeira mulher a conduzir como intérprete uma escola de samba em Joinville. O mestre-sala da Unidos do Boa Vista, que atuou no referido recorte temporal, revela, em suas palavras, o triunfo de uma etnicidade viva. Josué Laurentino, técnico de enfermagem, que aos 17 anos de idade já cortejava a porta-bandeira nos desfiles competitivos representando sua agremiação, afirmou:

Eu vejo que é um avanço cultural de nós, negros, porque outrora, os meus ancestrais estavam sob um tronco, estavam impedidos da liberdade e ver esse avanço cultural da minha raça que lutou pra conquistar o seu espaço. Aquilo ali é um momento único né? Um momento que você está na avenida ali, que você está expressando o sentimento de alegria, deixando pra trás todos os problemas sociais que a gente tem. (LAURENTINO, Josué da Silva. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 29 out. 2019)

O depoimento de Laurentino traz à tona uma questão central do Carnaval. A troca de papéis e a transição momentânea dos espaços sociais, fornece uma válvula de escape para o preconceito e as pressões da hierarquia cotidiana. Relembrando a terrível memória da escravidão, o entrevistado projeta um vislumbre de um espaço de alegria e liberdade, que se opõe ao sofrimento gerado pela desumanização. O espaço “único”, descrito por ele, dá indícios da importante função que a cultura exerce na sociedade.

Como de costume, a Príncipes do Samba, fechou o desfile de 1990. Com o enredo “Tributo ao Brasil”, a construção do Carnaval estava sob o comando da carnavalesca e artista plástica Odete Neri, na perspectiva de homenagear o povo sofrido deste país rico, o Brasil. O público que se mantinha aquecido pela bateria da última escola, se dirigiu ao terminal urbano. Com fitilhos e máscaras penduradas no teto da principal parada de ônibus da cidade, o local se transformou no grande baile popular, onde todas as agremiações com seus foliões e plateia se misturaram num único objetivo, brincar o Carnaval até o amanhecer.

O AN do dia 09 de março trouxe em primeira página o seguinte anúncio: “Príncipes do Samba vence o Carnaval de rua” (1990, p. 1). Com 221

²⁰ Dona Sônia Cruz, em entrevista a este pesquisador, lembrou saudosamente da intérprete da família, Maria Zilda (*in memoriam*), cantora lírica que desde os primeiros carnavais da entidade carnavalesca, mudava o tom de voz, ocupando o posto de primeira intérprete da escola, assim como foi a primeira mulher, entre todas as agremiações, a cantar na avenida os sambas-enredos da sua agremiação.

pontos conquistados pelos jurados, consagrou-se campeã, arrebatando os quesitos de melhor samba-enredo, bateria, harmonia, alegoria, mestre-sala e porta-bandeira, assim como melhor coreografia. Todas as demais escolas e blocos receberam troféus de participação. Como era de costume, na terça-feira de Carnaval, no dia 27 de fevereiro, todas as agremiações voltaram para a avenida para repetirem o espetáculo, livres de competições, apenas com o intuito de festejar a última noite oficial da folia.

O FOLGUEDO DE 1991

Os preparativos para o desfile de 1991 estavam a todo vapor. A Secretaria de Turismo de Joinville, subordinada à Prefeitura, esperava que o Carnaval da cidade seria o maior do estado neste ano, tendo em vista que Florianópolis não contaria com várias grandes escolas carnavalescas (JÚRI POPULAR, 1991, p. 8). Apesar da redução das verbas liberadas para as agremiações, devido à crise no início da década de 90, escolas e blocos promoveram eventos prévios para que fossem somadas nas ajudas de custo para a realização dos desfiles do vigente ano. O senhor Nestor Padilha se referiu assim ao prefeito da cidade de Joinville em entrevista para esta dissertação: “O Lula fez o Carnaval, foi um sucesso, um sucesso mesmo na volta do Carnaval”²¹.

A nova corte do reinado carnavalesco entronizou a representante da Fúria Tricolor, Adriana de Oliveira, com apenas 18 anos, como nova rainha do Carnaval de Joinville, ao lado do rei Momo Edmilson Lins Silva (ADAM, 1991, p. 11). Destaca-se a vinda do Juce Curvelho²², patrocinado pela Prefeitura e pelo sindicato dos radialistas, para presidir uma comissão de 30 avaliadores do júri popular durante os desfiles. O troféu “Cidade de Joinville” seria oferecido à escola vencedora no dia 09 de fevereiro.

Com um público estimado de quinze mil espectadores debaixo de muita chuva, a rua do Príncipe mais uma vez foi cenário para as fantasias e alegorias das agremiações joinvilenses. Após a saudação da corte e a abertura dos desfiles com o bloco As Depravadas, a agremiação Unidos do Boa Vista, que cantou os seus 20 anos de fundação, entrou na avenida. Dona Sônia, em entrevista, declarou que, apesar da escola ser regida majoritariamente por negros, havia muito mais brancos na composição de alas e destaques. Ao ser questionada sobre esta relação, a referida entrevistada afirmou com um largo sorriso: “Foi aí que acabou o preconceito, porque lá eram todos iguais, o pessoal que está de fora não enxerga, éramos todos uma família. Não existe branco e preto”. A fala de Dona Sônia instiga a reflexão sobre a questão social inserida no próprio desfile, e revela uma percepção de que a suspensão

²¹ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 23 out. 2019.

²² Ex-presidente da escola de samba União da Ilha do Governador, do Rio de Janeiro.

temporária das diferenças é sentida pelos foliões. Dona Sônia ainda afirmou, sobre o trabalho de produção do Carnaval:

Tudo na arte é assim, trabalhoso pra ter minutinhos de glória. Você sai do corpo, porque o coração começa a acelerar, a adrenalina mesmo sobe. Por alguns momentos você faz por impulso os movimentos involuntários que você nunca imaginaria que fazia. É aceno, beijo pra cá, beijo pra lá, exibição de passos e tudo aquilo num aceleração do coração lá em cima e depois passa tudo. É uma adrenalina que sobe e depois baixa. É muito gostoso, o pessoal fica satisfeito e se abraça. (CRUZ, Sônia Regina. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 27 out. 2019)

Aos olhos de dona Sônia, o Carnaval é um momento único de extravasamento e alegria, como podemos ler.

Tematizando o enredo “10 anos de História”, a Fúria Tricolor entrou na avenida cantando o samba composto pela escritora Mila Ramos²³. A escola com maior número de componentes, a Príncipes do Samba, fechou as comemorações cantando o enredo “O Samba e suas Raízes”, com carros alegóricos e muita criatividade, vista na transformação da alegoria do Carnaval de 1990, que antes era de um indígena, e agora havia se tornado a escultura de um negro de 4 metros e meio, como carro abre-alas. Esta reformulação apresenta-se como um símbolo da composição étnica brasileira.

O júri popular elegeu a Príncipes do Samba como vencedora, pela décima segunda vez, sendo vice-campeã a Fúria Tricolor. Todas as agremiações voltaram à avenida para os desfiles na terça feira, agregando mais uma vez o povo em comemoração pujante nas ruas (JÚRI POPULAR, 1991, p. 8).

O ANO DE 1992 E O ÚLTIMO RUFAR DA BATERIA. 1993: O INÍCIO DE UM LONGO SILENCIAMENTO

Os esforços da Prefeitura, junto ao trabalho das agremiações, acendiam a aspiração em fazer o Carnaval de Joinville ser reconhecido como o maior do estado de Santa Catarina. Mesmo com a inexistência de repasse de verbas da Prefeitura para as escolas de samba, alegando a crise econômica nacional, havia o interesse da promoção dos desfiles, mas sem o caráter competitivo, na argumentação de contenção de gastos com jurados e premiações. A tímida participação da imprensa local na divulgação dos festejos corrobora com o

²³ Zelândia Ramos dos Anjos, mais conhecida como Mila Ramos, morreu aos 86 anos, em 20/11/2018. Formada pela 2ª turma de letras da Univille, dedicou seus últimos 20 anos à literatura. Entre 1993 e 1996, foi diretora da Fundação Cultural de Joinville. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2018/11/morre-a-escritora-e-professora-mila-ramos-de-joinville-10646752.html>. Acesso em: 20 abr, 2019.

discurso da contenção de gastos, indicando a escassa movimentação do setor cultural. O jornal AN anunciou ao público joinvilense a seguinte manchete: “Em Joinville, só amanhã” (1992, p. 6), aludindo apenas a um desfile na rua do Príncipe, no referido ano.

Ao declarar que o valor arrecadado com os patrocinadores mal cobriria a estrutura do evento, apenas a Príncipes do Samba, As Depravadas e a estreante Unidos do Ademar Garcia assumiram a responsabilidade de não deixarem em branco os dias momescos em Joinville. Com reutilizações de materiais e adaptações de alegorias e adereços, a única escola a participar entrou na avenida após os dois blocos desempenharem suas performances, trazendo o enredo “Ilha Encantada, Terra dos meus Sonhos”, uma homenagem à cidade vizinha São Francisco do Sul.

O público compareceu, lotando as calçadas para assistir ao espetáculo. Após o festejo público, muitos foram para os clubes privados festejarem a madrugada. Esta foi a última contribuição do prefeito Luíz Gomes, o Lula, para o Carnaval joinvilense, tendo em vista que em novembro o sr. Wittich Freitag ganharia a corrida pela gestão municipal, voltando a administrar Joinville em 1º de janeiro de 1993.

Mais de vinte informes do jornal AN do mês de fevereiro de 1993 anunciavam a glorificação do rei Momo nas ruas das cidades catarinenses de Joaçaba, Ituporanga, Laguna, São Miguel do Oeste, Jaraguá do Sul, Florianópolis, assim como a volta da folia de rua em Blumenau, após seis décadas sem os festejos. Não obstante, em Joinville, os jornais precaviam a ausência da corte carnavalesca e conseqüentemente as portas fechadas da rua do Príncipe para a passagem das escolas e blocos.

As fontes analisadas não revelam motivações explícitas para a interrupção dos desfiles em Joinville. Debruçamos-nos, portanto, sobre os relatos daqueles que sentiram na pele o interregno dos desfiles de rua. Ao serem questionados sobre a real justificativa, colhe-se indícios de indeferimentos de liberações de verbas do senhor Wittich Freitag, assim como a repulsa desta manifestação cultural. O senhor Nestor Padilha²⁴ e a senhora Sônia Regina da Cruz²⁵ alegaram que o prefeito, por não gostar do Carnaval, não liberava a verba necessária para a sua realização. De acordo com o senhor Ernesto Miranda Corrêa, o prefeito descumpriu uma promessa que fez em visita ao Kênia Clube. Corrêa afirmou:

Na época, muitos amigos meus de escolas de samba, componentes e tal que a maioria é negra, achavam isso racismo, dizem que alemão não gosta de Carnaval né? Eu disse: - Calma, isso não é de cor, é cultura deles, não quer fazer não faz, certo? Foi uma injustiça muito grande com a gente. Quando ele saiu pela primeira vez pra prefeito, ele foi no meu clube, no Kênia, ele pegou

²⁴ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 23 out. 2019.

²⁵ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 27 out. 2019.

o tamborim na mão [...]. Ninguém conhecia o Freitag no Kênia, não sabiam nem dizer Freitag, falavam Frita, (risos). [...] Aí apoiamos eles e ganhou a primeira eleição. Naquele ano, óbvio, ele foi obrigado a fazer Carnaval, porque a estrutura que ele pegou já tava montada. E no segundo ele não cumpriu a palavra dele dada no clube lá quando foi tocar tamborim. A gente ficou muito sentido, ficou chato (CORRÊA, Ernesto Miranda. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 21 out. 2019).

O ano de 1993 ficou marcado como o ano da ruptura dos desfiles carnavalescos na cidade de Joinville. Tal ruptura perduraria por mais de uma década, adentrando o novo século. O comodismo parece ter tomado conta do poder público, das agremiações e da população. A nova geração da cidade cresceu sem saber, sem conhecer, sem participar e sem ouvir os tamborins anunciando que Joinville detém para si a cultura carnavalesca. Embora adormecida neste momento, no início do século XXI ela viria despertar sob o grito de Momo: “Quer brincar, é um direito!” (GOLDWASSER, 1975, p.124).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões precedentes permitem que se compreenda a importância do Carnaval enquanto uma manifestação cultural. Essa festa popular pode ser considerada um patrimônio cultural, na medida em que reflete a identidade de uma grande comunidade nacional. Aos que estão envolvidos com tal festejo, ainda que se ignore o caráter formal da classificação do Carnaval como um Patrimônio Cultural Imaterial, a denominação legal não seria mais do que o reconhecimento oficial de algo que já é realidade prática.

A apropriação pela Prefeitura de Joinville da responsabilidade pela manutenção dos desfiles carnavalescos deve refletir as perspectivas legais instituídas pela Constituição Federal, que traz em seu bojo uma preocupação clara a respeito da cultura enquanto Direito. Ainda desta perspectiva, deve-se admitir que a cultura não se limita a elementos de caráter material, mas expande-se para aspectos relativos ao saber criar, fazer e viver, elementos fundantes da imaterialidade, como sustentam os artigos 215 e 216 da CF. A interpretação destes dispositivos legais, permite que se defenda que os fenômenos culturais são aspectos centrais que vão além da construção da identidade nacional, levando em conta também a memória coletiva e os diferentes grupos formadores da sociedade brasileira no gozo e na garantia dos direitos fundamentais.

Assim, pode-se frisar a importância do Carnaval como elemento cultural essencial para milhares de pessoas em Joinville realizarem a tessitura de sua comunidade. Desfazendo mitos, o nosso entrevistado, o senhor Ernesto Miranda Corrêa afirmou que o “Carnaval não é só cultura negra, é uma cultura popular brasileira, é nosso, não tem cor, certo? O samba não tem cor, a cultura

negra não tem cor”²⁶. Ao longo do trabalho com as fontes que basearam este artigo, foi possível ter clareza de que a cultura supera os limites da burocracia estatal, embora isso não libere o Estado de seus deveres legais, mencionados no texto. O Carnaval na “cidade do trabalho” existe e vive. Os festejos carnavalescos devem ser defendidos como parte fundamental do patrimônio cultural de Joinville.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Clara Bertrand. *Patrimônio Cultural Imaterial-Convenção da Unesco e Seus Contextos*. Lisboa: Edições 70, 2011.

CARVALHO, Marcela Souza. Cultura, Constituição e Direitos Culturais *In*: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura; Severino, José Roberto (org). *Direitos Culturais*, Salvador, BA, EDUFBA, p.35-55, 2018.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval, ritual e arte*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2015.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *O rito e o tempo: Ensaio sobre o Carnaval*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CRUZ, Danielle Maia; RODRIGUES, Lea Carvalho. Tempo de Carnaval: políticas culturais e formulações identitárias em Fortaleza. *PROA Revista de Antropologia e Arte*, v. 1, n. 2, p. 1-32, 2010.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Teoria dos direitos culturais: Fundamentos e finalidades*. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

DA MATTA, Roberto. *Universo do Carnaval: imagens e reflexões*. Rio de Janeiro: Edições Pinakothèque, 1981.

DUARTE, Aimée Schneider. As Faces da Cultura no Âmbito da Constituição Federal de 1988. *In*: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, José Roberto (org). *Direitos Culturais*, Salvador, BA, EDUFBA, p.57-77, 2018.

²⁶ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 21 out. 2019.

GOLDWASSER, Maria Julia. *O palácio do samba: estudo antropológico da escola de samba Estação Primeira de Mangueira*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

IPHAN. *Patrimônio Imaterial*. Patrimônio Cultural. S. d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>> Acesso em 29 set. 2019.

MAMBERTI, Sérgio. Por uma Cultura Democrática. In: BRANT, Leonardo (org). *Políticas Culturais vol. I*. Barueri, SP, Editora Manoele Ltda, p. 15-17, 2003.

OMETTO, Ana Maria H.; FURTUOSO, Maria Cristina O.; SILVA, Marina Vieira da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. *Revista de Saúde Pública*, v. 29, p. 403-414, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. A ordem Carnavalesca. *Tempo Social*, v. 6, n. 1/2, p. 27-45, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval Brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; MIDDLEJ, Suylan. *Políticas públicas culturais: a voz dos gestores*. Ipea, 2011.

SILVEIRA, Px. In: BRANT, Leonardo (org). *Alô Inteligência. Políticas Culturais vol. I*. Barueri, SP, Editora Manoele Ltda, p. 23-28, 2003.

JORNAIS CONSULTADOS

ADAM, Roberto. Fúria Tricolor faz rainha em Joinville. *Jornal A Notícia*. Joinville, 03/02/1991. p. 11.

ALEGRIA invade Rua do Príncipe. *Diário Catarinense*. Florianópolis. 12/02/1988, p. 06.

APENAS Samba Enredo da Unidos Entregue Ontem. *Jornal A Notícia*. Joinville, 15/01/1988.

BARRACÃO do Samba faz a cidade viver o Carnaval. *Jornal de Santa Catarina*. Florianópolis, 11/12/1989. p. 1.

CARNAVAL 90 está ameaçado. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 29/11/1989. p. 07.

CARNAVAL tem encontro com público na praça. *Jornal A Notícia*. Joinville, 03/02/1988. p.1.

CARROS ALEGÓRICOS e fantasias premiadas nas ruas de Joinville. *Jornal do Estado*. Florianópolis, 16/01/1988. p. 12.

EM JOINVILLE, só amanhã. *Jornal A Notícia*. Joinville, 28/02/1992. p. 06.

EMPOLGAÇÃO diz que renasceu o espetáculo. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 15/02/1988. p. 13.

ESCOLAS de samba e salões prontos para o carnaval. *Jornal A Notícia*. Joinville, 24/01/1990. p. 01.

ESCOLAS não desfilarão em 89. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 21/12/1988. p. 07.

FALTA de decoração nas ruas desanima escolas de samba. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 07/02/1988. p. 08.

FOLIA volta à Rua dos Príncipes. *Jornal A Notícia*. Joinville, 14/01/1990. p. 05.

FOLIÕES aproveitam até as últimas horas. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 09/02/1989. p. 09.

JOINVILENSE terá novidades com o carnaval do povo. *Jornal A Notícia*. Joinville, 23/02/1990. p. 20.

JOINVILLE adia o Carnaval. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 07/01/1989. p. 11 Geral.

JÚRI POPULAR escolhe melhor escola hoje. *Jornal A Notícia*. Joinville, 09/02/1991. p. 06.

LULA quer o melhor carnaval de rua. *O Estado*. Florianópolis, 22/12/1989. p. 23.

NÃO HÁ RECURSOS para a Decoração de Ruas. *Jornal A Notícia*. Joinville, 13/01/1988. p.1.

PRÍNCIPES, com top less, é a nova Campeã. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 18/02/1988. p. 07.

PRÍNCIPES: campeã pela nona vez. *Jornal de Santa Catarina*. Florianópolis, 18/02/1988. p. 10.

PRÍNCIPES do Samba vence o carnaval de rua. *Jornal A Notícia*. Joinville, 09/03/1990. p. 01.

SEM DINHEIRO a Fúria não desfila pela segunda vez. *Jornal A Notícia*. Joinville, 31/01/1988.

ENTREVISTAS

CORRÊA, Ernesto Miranda. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 21 out. 2019.

CRUZ, Sônia Regina. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 27 out. 2019.

FERREIRA, Lucia Nara. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 26 out. 2019.

FERREIRA, Mário Sérgio. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 28 out. 2019.

LAURENTINO, Josué da Silva. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 29 out. 2019.

PADILHA, João Nestor. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 23 out. 2019.

Recebido em 01.06.2020

Aceito em 01.10.2020